

O CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Joaquim Pinto Machado

Aula Inaugural, na Sessão de Abertura, 8 de Outubro de 2001

I. INTRODUÇÃO

Aleluia!

Digo, clamo, “Aleluia”, porque passados quase 27 anos – faltam menos de 2 meses – após o envio ao Ministério da Educação da proposta da Comissão Instaladora da Universidade do Minho de criação de um curso de Medicina e respectivas necessidades em pessoas, instalações e equipamentos – proposta de que tive a honra de ser o relator – eis-nos aqui, em sessão solene e festiva, presidida pelo Magnífico Reitor e estando presentes Suas Excelências o Primeiro-Ministro e os Ministros da Educação, da Saúde e da Ciência e Tecnologia, a inaugurar a abertura desse curso que, quanto aos princípios fundamentais de concepção, não difere no essencial dos que orientavam a proposta de 1974.

Parece-me um sonho, um maravilhoso sonho!

Acompanhei activamente e vivi intensamente todo esse longo período de alternadas esperanças e desilusões a respeito de um projecto que foi sempre assumido por muitos e muitos dos que trabalharam e trabalham nesta Universidade como se os tocasse a si próprios. Quantas vezes me perguntavam, com real interesse bem expresso na entoação e na fisionomia: “Então, quando teremos a Medicina?”

Na liderança desta força anímica institucional, a estimulá-la e a orientá-la, a alimentar a força da persistência e a manter bem viva a chama da esperança, estiveram sempre os Reitores da Universidade do Minho. Entre eles, é de toda a justiça destacar o primeiro, Carlos Lloyd Braga, o último, Sérgio Machado dos Santos e o actual, Licínio Chainho Pereira.

Não posso deixar de mencionar também o interesse e empenho com que o Encarregado do Grupo de Missão para a Saúde, Alberto Amaral, tem acompanhado o processo de instalação da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho quanto à satisfação das suas necessidades, e de agradecer a prova de confiança que nos deram as ilustres personalidades nacionais e estrangeiras que aceitaram fazer parte da Comissão Consultiva Externa da Escola, e de cujas sugestões, conselhos e críticas tanto há a esperar. Foi disso prova a análise sistemática, profunda, minuciosa e arguta feita na reunião do último sábado, de manhã e de tarde, pelo Profs. Henry Walton, da Universidade de Edimburgo, Joseph Gonella, da Universidade Thomas Jefferson, Filadelfia, Allistair Warren, da Universidade de Sheffield e Fernando Lopes da Silva, da Universidade de Amesterdão.

É-me particularmente grato lembrar – pois ao tempo presidia eu ao Conselho Directivo e ao Conselho Científico – que dos seis membros da Comissão Científica que em 1 de Junho de 1998 entregou a “Proposta de Estrutura Curricular de um Curso de Licenciatura em Medicina a criar na Universidade do Minho”, cinco eram professores catedráticos da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto: Alexandre Sousa Pinto, Isabel Azevedo, José Agostinho Marques, Manuel Sobrinho Simões e eu próprio.

Não por motivos de mera circunstância relacionados com formalismos de cortesia ou com oportunismos interesseiros de lisonja, mas por razões substanciais de justiça, encerro a prestação das minhas homenagens com a referência ao Governo que, pelas Resoluções nº 45/98 e 140/98 do Conselho de Ministros, tomou as decisões que, no que concerne à Universidade do Minho, desencadearam o processo que culminou na assinatura, em 17 de Fevereiro de 2000, do contrato de desenvolvimento entre o Estado e esta Universidade tendo como objectivo a concretização do ensino das ciências da saúde. Também nesta sede há nomes a particularizar:

- Marçal Grilo, então Ministro da Educação, que foi o “homem da ideia” e a mão que, com determinação e firmeza, accionou o motor de arranque de que resultaram as citadas Resoluções;
- Guilherme d’Oliveira Martins, seu sucessor, que tão bem cuidou da herança recebida e a quem se deve, por parte do Governo, o referido contrato de desenvolvimento;
- Mariano Gago, pela lucidez da sua visão quanto à alta importância da investigação em ciências da saúde e da vida e à sua relação com a formação dos médicos;
- Maria de Belém Roseira, pela sua compreensão de que a íntima cooperação entre hospitais e centros de saúde e as escolas médicas é não só indispensável para estas mas também para a prossecução dos objectivos que ao Ministério da Saúde cabe alcançar;
- António Guterres, pela clarividência em eleger uma estratégia de política global, integrada e coerente, da responsabilidade do Governo no seu todo, de formação de profissionais e de investigação em saúde, como urgente imperativo nacional.

A Escola de Ciências da Saúde e o seu curso de Medicina são fruto de longo, esforçado e dedicado trabalho de muitos. Porque anda por este país muita gente que pensa – ou que parece pensar – que as obras surgem por geração espontânea da natureza, é educativo demonstrar que, também neste caso, assim não foi.

Daí esta introdução, que poderia ser tida por descabida numa “aula inaugural”, ou pelo menos de extensão excessiva face aos 30 minutos que me foram atribuídos para a proferir.

II. O CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

1. “Of all works of man, few can be more complex, or potentially more important to society, than the business of creating physicians.”

Esta frase foi escrita por Hilliard Jason, um médico que foi professor e director do “Office of Medical Education, Research and Development” da “Michigan State University” dos EUA, no prefácio do livro “Medical Education – A Critical Approach”, de Michael A. Simpson, médico e professor do Guy’s Hospital, de Londres, editado em 1972.

Se isto valia há quase 30 anos, que dizer agora?

Agora, em que os avanços da investigação científica desactualizam, em tempo cada vez mais curto, conhecimentos tidos como seguros?

Agora, em que a sucessão acelerada das inovações tecnológicas torna rapidamente obsoletos equipamentos caríssimos em largo uso desde há alguns anos apenas?

Agora, em que, em resultado desses progressos científicos e técnicos, os médicos são crescentemente subespecialistas, com conseqüente fragmentação do doente-pessoa em pedaços e pedacinhos que, se é certo que são dele, certo é também que não são ele, o que lhe causa todo um rosário de incómodos e sofrimentos?

Agora, em que à crescente potência curativa das terapêuticas se associa crescente potência agressiva?

Agora, em que o médico, embora, como nunca, pode fazer bem ao seu doente, também agora como nunca o pode prejudicar, e até matar, por acção ou omissão?

Agora, em que os custos com os cuidados de saúde crescem sem controlo, devido, nomeadamente (e não incluindo inaceitáveis deficiências de gestão), ao encarecimento de equipamentos e produtos para diagnóstico e terapêutica, ao número cada vez maior de médicos por que uma pessoa tem que ser vista para ser vista biologicamente ela toda, à influência de uma cultura consumista e hedonista também na saúde, e à reacção de defesa dos médicos para se precaverem de chamada a tribunal?

Agora, em que a relação médico-doente, que é a essência da prática médica e se estabelece pelo vínculo da confiança recíproca, está a resvalar para um relacionamento de mera prestação e utilização de serviços, quantas vezes eivado de desconfiança mútua?

Agora, em que as técnicas de reprodução, de diagnóstico pré-natal, de diagnóstico genético predizente e probabilístico, de transplantação de tecidos e órgãos, a investigação em pessoas para fins terapêuticos e a necessidade de controlo das despesas públicas com a saúde levantam questões éticas complexas e da maior gravidade, até da nível civilizacional?

Agora, em que a Medicina (como ciência, como profissão e como serviço) só se compreende e realiza em interligação com cada vez mais domínios do saber, como a informática, a antropologia, a sociologia, a história, a literatura, as ciências políticas, a ética, a filosofia?

E se está aqui alguém a pensar, ao ouvir esta enumeração de áreas do conhecimento, que se trata de delírio, informo que o mesmo entendimento tem sido enfaticamente expresso em reputadas publicações, por exemplo, o relatório inglês do General Medical Council “Tomorrow’s Doctors – Recommendations on Undergraduate Medical Education”, de 1993, o número especial de Setembro de 1995 da revista *Academic Medicine* (órgão da Association of American Medical Colleges), sobre “The Humanities and Medical Education” e o relatório internacional do Hastings Center, dos EUA, intitulado “The Goals of Medicine – Setting New Priorities”.

E poderia continuar: “agora em que, agora em que...” se o tempo o consentisse.

Referiria, por exemplo, os problemas, tão graves e complexos, da poluição, da solidão, do stress e da droga, com consequências devastadoras na saúde e cujas causas reais os médicos têm que se empenhar em identificar e denunciar, embora pouco possam fazer para a sua erradicação.

E não poderia deixar de referir ainda os incontáveis vulcões de violência humana, espalhados por todo este planeta, com erupções de diferente intensidade e lavas de diversas características corrosivas, muito especialmente o vulcão horrendo do terrorismo, cuja explosão terrível de 11 de Setembro desencadeou um processo tendencialmente global de que ninguém pode minimamente prever as expressões, a duração e as consequências.

Hoje, estou certo, Hilliard Jason não diria que poucos trabalhos do homem serão mais complexos que o serviço de formar médicos: diria, sim, que este é o mais complexo de todos.

2. Como conseguir, pegando em jovens de 18, 19 e 20 anos, saídos de um sistema de ensino que aliena o cultivo da inteligência reflexiva, das atitudes e dos valores, que eles atinjam a estatura de personalidade que lhes permita estarem à altura de tão complexos e tremendos desafios?

Como conseguir que estes jovens, uma vez médicos, sejam protagonistas competentes, zelosos e apaixonados na defesa ingente e urgente “do homem todo e de todos os homens”(Paulo VI), que nessa luta sejam peritos em ciência, arte e consciência, como não me canso de repetir?

Como?

A Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho não descobriu a receita. Se o tivesse conseguido, mereceria sem dúvida um Prémio Nobel especial, ou em simultâneo o da Medicina e o da Paz.

A sua atitude é a de, com humildade – consciente das suas limitações até porque não passa de um bebé acabado de nascer – aliada a firme determinação, contribuir para que se avance no caminho certo, com o andar certo, rumo à meta certa. É convicta de que “se hace camiño camiñando” e de que o processo de execução é sempre, simultaneamente, um processo de avaliação, a Escola de Ciências da Saúde, graças à análise crítica dos seus docentes e alunos, dos seus órgãos de gestão, da Comissão Consultiva Externa e também de contribuições pessoais e institucionais de outras proveniências, espera não defraudar a confiança de tantos que nela confiaram e confiam.

3. O Curso de Medicina da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho – no qual participam professores de outras Escolas da Universidade, como é prática corrente nesta Instituição que “adoptou, desde o seu início, um modelo organizativo cujas bases assentam na existência de “grupos de projecto”, dando forma a um sistema matricial e de gestão por objectivos que envolve articuladamente projectos e unidades orgânicas”, como se escreve no “Guia da UM” – assenta numa concepção do que é ser médico, a partir da qual, e em coerência com ela, se definem a finalidade do curso, os objectivos que ela integra, a estratégia educativa, os métodos pedagógicos e a avaliação da aprendizagem, a organização curricular e o plano de estudos, e finalmente a gestão do curso.

O médico, seja qual for o domínio da medicina em que exerce, tem como sentido da sua actividade a defesa da saúde das pessoas. Segundo a conhecida definição da Organização Mundial de Saúde, “Saúde é um estado de equilíbrio e completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou de deficiência”. É uma definição que caracteriza uma situação ideal e utópica mas que tem a importância e o valor de pôr em evidência que a saúde abarca o ser humano na sua totalidade indissociável bio-psico-social.

A aquisição das competências necessárias e sua tradução em desempenhos correctos e expeditos requer longa aprendizagem cognitiva e técnica, educação de atitudes e interiorização de valores, a começar no curso de medicina, a prosseguir com formação profissional (os internatos, na nossa terminologia) e a continuar por toda a vida em actualização de conhecimento e de procedimentos.

Do que acabo de dizer decorrem os seguintes princípios fundamentais que orientam o Curso de Licenciatura em Medicina da Universidade do Minho (referidos em Editorial que escrevi para o Boletim da Universidade publicado em Junho):

■ A finalidade do curso é formar licenciados que, pelas suas aptidões cognitivas e técnicas, pelas suas atitudes nos contextos em que trabalham e pela fidelidade a valores éticos indeclináveis, sejam capazes de realizar com sucesso a sua ulterior formação profissional e prosseguir com empenho um esforço de actualização ao longo de toda a sua vida de médicos.

■ Ao médico não cabe apenas lutar contra a doença já instalada: compete-lhe também preveni-la por medidas específicas de profilaxia e por orientações em prol do fortalecimento da saúde. Este curso de Medicina procurará preparar os seus alunos para que sejam agentes competentes e diligentes nestas três frentes de combate pela saúde.

■ A saúde e a falta dela devem ser consideradas nas pessoas e nas comunidades. Por isso, saúde e doença, pessoa e sociedade, serão tidas em conta associadamente ao longo de todo o curso.

■ Saúde e doença são entidades abstractas. O que existe são pessoas saudáveis e pessoas doentes, pelo que o aluno de Medicina tem que ir ter com umas e outras, onde elas estão: comunidade, domicílio, centros de saúde, hospitais.

■ O curso está organizado em áreas curriculares pluridisciplinares que correspondem a temas de larga diversidade do ponto de vista científico. Pretende-se com isso conseguir menor fragmentação da realidade, com evidentes benefícios na aprendizagem, na utilização de docentes e no consumo de tempo. As unidades básicas das áreas curriculares são constituídas por módulos de objectivos.

■ As áreas curriculares serão percorridas numa sucessão de quatro fases (bio-psico-sociologia da saúde, bio-psico-sociologia da doença, as doenças na clínica, prática médica supervisionada) em fluida continuidade: as respectivas interfaces constituem interligações; questões desenvolvidas em qualquer fase serão também consideradas, com o desenvolvimento adequado, nas outras três.

■ O curso pretende levar a sério o conceito de que ensinar é ajudar a aprender: a saber aprender, a saber utilizar o que se aprendeu e a saber verificá-lo. E também ajudar a desenvolver o gosto em aprender, que é inato e de que ninguém carece mas que pode estar oculto nas profundezas do ser.

■ Disto decorre que os métodos pedagógicos serão adequados a que, com a indispensável intervenção docente de orientação e acompanhamento, os alunos, individualmente e em grupo, adquiram os conhecimentos, procurem a sua aplicação à identificação, interpretação e resolução de problemas, treinem as práticas, eduquem as atitudes, analisem os seus comportamentos, prescrutem os valores que os determinam: em suma, que os alunos sejam obreiros da sua própria aprendizagem.

■ A profissão médica é das que mais deve à investigação científica: quer pelo que beneficia dos seus frutos no diagnóstico e na terapêutica quer pela importância do método científico no apuramento do método e do raciocínio clínicos.

Para lá de actividades voltadas para a metodologia científica e sua prática, haverá trabalhos anuais de opção em que os alunos que o desejem (e serão estimulados a desejá-lo) poderão participar em actividades de investigação científica a realizar na Universidade do Minho (especialmente no Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde, mas não só) e nos estabelecimentos de saúde com ela articulados.

■ Diversos factores, com relevo para o progresso das ciências e tecnologias biomédicas, vêm conferindo importância crescente ao componente ético da Medicina.

A Bioética e a Ética Médica irão acompanhar o desenvolvimento do curso, na forma de estímulo à reflexão sobre questões suscitadas pelo conhecimentos e práticas correspondentes à área curricular em causa.

■ Sem conhecimento reflectido do passado da Medicina, o médico não pode compreender devidamente a sua profissão nem estabelecer um diálogo com o futuro que lhe permita participar na sua construção. Por isso, também a História da Medicina será considerada ao longo do curso, em natural articulação com os conteúdos que estejam a ser versados.

■ Cada aluno é uma personalidade singular, com aspirações, interesses e aptidões próprias.

Os trabalhos de opção visam contribuir para a satisfação desses valores. Podem ser de investigação, de campo e de reflexão. Quanto a este último tipo, o tema pode não ser do estrito âmbito da Medicina, mas sim da Filosofia, História, Literatura, Arte, etc.. Bom será que, pelo menos em um dos anos curriculares, cada aluno opte por esta digressão pois, como bem disse Abel Salazar, “um médico que só sabe de Medicina nem de Medicina sabe”.

■ A avaliação da aprendizagem terá sempre uma componente de avaliação contínua. No final de cada módulo e de cada área haverá uma avaliação. Os alunos aprovados serão dispensados de avaliação integrada final, reservada para os reprovados e para os que pretendam melhoria de classificação.

Os relatórios a elaborar ao longo do curso serão discutidos e classificados.

A estas orientações acrescentei breve reflexão, dirigida a toda a Universidade do Minho e que considero oportuno repetir:

“A criação, na Universidade do Minho, de um curso de Medicina, da Escola de Ciências da Saúde que o ministra e do Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde nela integrado, pode e deve constituir uma mais valia ao serviço do reforço e avanço do funcionamento da Universidade do Minho como sistema intercomunicante de projectos (de formação, investigação e serviço à comunidade) e de pessoas.

Porque nada do que é humano é estranho à Medicina, porque as ciências da saúde (aliás muito diversificadas) se articulam e até entrelaçam com muitas das outras ciências (seria tentado a dizer, com todas), o curso de Medicina e a investigação a ele ligada constituem um espaço apelador dum encontro interactivo e cooperativo das pessoas da Universidade do Minho (alunos, docentes, investigadores, técnicos) e dos projectos em que participam, encontro dinamizador desses projectos e agente de estreitamento das relações interpessoais, tão importantes para que as pessoas se sintam bem (o que é muito bom para a sua saúde e para a saúde dos que com elas convivem).

4. Nesta sessão está presente um grupo de pessoas muito especial. Refiro-me, obviamente, aos alunos recém-ingressados no Curso de Medicina da Universidade do Minho. O que terá sido a sua vida nos últimos anos do seu percurso escolar, em persistente e esforçado estudo, só eles o sabem, mas todos nós o podemos imaginar se atentarmos em que a nota mínima de ingresso foi de 186 numa escala de 200, o que corresponde a 18,6 valores na escala de 20! Meu Deus!

Caríssimas Alunas e Caríssimos Alunos:

Se tiverdes presente que esta Universidade se empenhou, desde 1974, por um curso de Medicina, acreditareis que é com maior emoção e alegria que ela vos diz:

BEM-VINDAS! BEM VINDOS!

Repito agora, oralmente, a breve mas sentida mensagem que, em nome da Universidade do Minho e da sua Escola de Ciências da Saúde, vos dirigi no “Guia do Caloiro”:

“Sinceramente esperamos, e tudo faremos para que assim suceda, que as vossas melhores expectativas e aspirações sejam satisfeitas e até excedidas.

“A esta saudação, a estes votos e à expressão deste compromisso não podemos deixar de juntar um apelo a todos vós: um apelo à assunção, consciente e livre, da responsabilidade indeclinável de cada um de vós.

“Responsabilidade, face ao que de vós esperam os que irão recorrer aos vossos serviços médicos: para que não percam a saúde, para que a recuperem se doentes, para que seja compreendido e minorado o seu sofrimento, sem esquecer a fase terminal de doença incurável.

“Nenhuma razão, nenhum pretexto, vos pode eximir ao cumprimento do vosso dever supremo, enquanto médicos, de serdes competentes, compassivos e virtuosos: numa palavra, gente de confiança, pessoas a quem se pode pedir, com a certeza de ser bem entendido e bem atendido:

“Ajude-me!”

“E – que tal não aconteça! – se vezes sedutoras, de dentro ou de fora, vos incitarem a não vos preparardes devidamente para poderdes cumprir aquele dever supremo, gritai para dentro de vós e para fora de vós, como o poeta:

“Não, não vou por aí”.

Concluo esta Aula Inaugural, servindo-me uma vez mais de um Poeta, depois de António Machado e de José Régio. Agora, é António Gedeão, em poema que transmite uma mensagem que a cada um de nós, em cada manhã, diz respeito, poema cuja substância e beleza resistirão, espero, aos estragos da minha desajeitada leitura:

Numa qualquer manhã, um qualquer ser,
vindo de qualquer pai,
acorda e vai.

Vai.

Como se cumprisse um dever.

Nas incógnitas mãos transporta os nossos gestos;
nas inquietas pupilas fermenta o nosso olhar.
E em seu impessoal desejo latejam todos os restos
de quantos desejos ficaram antes por desejar.

Segue o teu meridiano, esse,
o que divide ao meio teus hemisférios cerebrais;
o plano de barro que nunca endurece,
onde a memória da espécie
grava os sonos imortais.

Vai.

Lábios húmidos do amor da manhã,
polpas de cereja.
Desdobra-te e beija
em ti mesmo a carne sã.

Vai.

À tua cega passagem
a convulsão da folhagem
diz aos ecos
“tem que ser”;

o mar que rola e se agita,
toda a música infinita,
tudo grita
“tem que ser”.

Cerra os dentes, alma aflita.
Tudo grita
“tem que ser”.